

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	395.771
Preferenciais	0
Total	395.771
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.075.580	989.287
1.01	Ativo Circulante	20.198	16.158
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.982	6.891
1.01.03	Contas a Receber	5.967	5.142
1.01.03.01	Clientes	5.967	5.142
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.650	2.581
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.650	2.581
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.450	1.413
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	149	131
1.01.08.03	Outros	149	131
1.01.08.03.01	Contas a Receber Partes Relacionadas	0	20
1.01.08.03.02	Outros	149	111
1.02	Ativo Não Circulante	1.055.382	973.129
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	72.996	59.485
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.318	7.487
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	9.318	7.487
1.02.01.06	Tributos Diferidos	44.296	33.866
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44.296	33.866
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.363	113
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.019	18.019
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	18.019	18.019
1.02.03	Imobilizado	1.235	1.349
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.235	1.349
1.02.04	Intangível	976.579	906.824
1.02.04.01	Intangíveis	976.579	906.824
1.02.05	Diferido	4.572	5.471

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.075.580	989.287
2.01	Passivo Circulante	67.906	77.090
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.535	3.537
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.535	3.537
2.01.02	Fornecedores	11.806	11.424
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.806	11.424
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.249	1.873
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.464	1.161
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	785	712
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	24.972	22.735
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	23.726	22.735
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	23.726	22.735
2.01.04.02	Debêntures	1.246	0
2.01.05	Outras Obrigações	20.144	36.304
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.631	25.795
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	2.295	3.093
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	9.336	22.702
2.01.05.02	Outros	8.513	10.509
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	6.194	8.794
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	256	242
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	2.063	1.473
2.01.06	Provisões	5.200	1.217
2.01.06.02	Outras Provisões	5.200	1.217
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovia	0	1.217
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	5.200	0
2.02	Passivo Não Circulante	723.891	690.273
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	443.854	438.760
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	314.999	319.386
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	314.999	319.386
2.02.01.02	Debêntures	128.855	119.374
2.02.02	Outras Obrigações	235.833	206.910
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	234.067	206.608
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	234.067	206.608
2.02.02.02	Outros	1.766	302
2.02.02.02.03	Fornecedores	1.363	0
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	403	0
2.02.04	Provisões	44.204	44.603
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	508	120
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	330	41
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	178	79
2.02.04.02	Outras Provisões	43.696	44.483
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	43.696	41.049
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovia	0	3.434
2.03	Patrimônio Líquido	283.783	221.924
2.03.01	Capital Social Realizado	364.818	282.818
2.03.04	Reservas de Lucros	254	254

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.04.01	Reserva Legal	254	254
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-81.289	-61.148

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	62.493	131.808	76.721	147.329
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-60.986	-129.723	-73.998	-140.682
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-26.736	-54.304	-22.302	-44.248
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-34.250	-75.419	-51.696	-96.434
3.03	Resultado Bruto	1.507	2.085	2.723	6.647
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.123	-5.386	-3.255	-6.308
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.190	-5.470	-3.255	-6.308
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-2.900	-4.902	-2.975	-5.796
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-290	-568	-280	-512
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	67	84	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.616	-3.301	-532	339
3.06	Resultado Financeiro	-13.336	-27.270	-9.272	-18.827
3.06.01	Receitas Financeiras	1.233	1.940	3.463	5.510
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.569	-29.210	-12.735	-24.337
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-14.952	-30.571	-9.804	-18.488
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.169	10.430	3.309	6.179
3.08.02	Diferido	5.169	10.430	3.309	6.179
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.783	-20.141	-6.495	-12.309
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.783	-20.141	-6.495	-12.309
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02642	-0,05895	-0,02677	-0,05073
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,02642	-0,05895	-0,02677	-0,05073

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.783	-20.141	-6.495	-12.309
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.783	-20.141	-6.495	-12.309

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.633	6.853
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	24.154	22.628
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-20.141	-12.309
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	19.918	18.707
6.01.01.03	Baixa de Ativos Permanentes	126	0
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-10.430	-6.179
6.01.01.05	Receitas Com Aplicação Vinculada	-596	-505
6.01.01.06	Juros e Variações Sobre Mútuos	14.889	12.647
6.01.01.07	Despesas de Juros	12.594	9.982
6.01.01.09	Resultado de Reversão de Ajuste a Valor Presente	718	585
6.01.01.10	Provisão (Reversão) para Riscos Cíveis e Trabalhistas	462	267
6.01.01.11	Provisão para Manutenção em Rodovia	6.614	-567
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-19.521	-15.775
6.01.02.01	Contas a Receber	-825	479
6.01.02.02	Estoques	0	878
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-2.287	700
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	698	-545
6.01.02.05	Depósitos judiciais	0	-2.102
6.01.02.06	Outros Creditos	-38	35
6.01.02.07	Fornecedores	-214	-2.647
6.01.02.08	Transações com Partes Relacionadas	-121	-68
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-2	315
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	444	-265
6.01.02.11	Despesas antecipada sobre mutuos	0	-912
6.01.02.12	Cauções contratuais	-2.339	225
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	832	112
6.01.02.14	Pagamento de juros	-15.615	-12.217
6.01.02.16	Pagamento riscos cíveis e trabalhistas	-74	-171
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização	0	8
6.01.02.19	Contas a receber partes relacionadas	20	400
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-76.293	-111.496
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-4	-331
6.02.02	Adições ao Intangível	-74.950	-110.633
6.02.03	Aplicação Financeira Vinculada	-3.775	-702
6.02.04	Valor Resgatado de Aplicações Vinculadas	2.436	170
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	74.751	143.342
6.03.01	Captações	3.409	39.515
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-10.658	-8.117
6.03.03	Aumento de Capital	82.000	0
6.03.05	Emissao de Debentures	0	106.813
6.03.06	Captção de empréstimos empresas ligadas	0	33.000
6.03.07	Pagamento de principal - empresas ligadas	0	-25.000
6.03.08	Pagamento de juros s/ capital proprio	0	-2.869
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.091	38.699
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.891	8.052

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.982	46.751

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.818	0	254	-61.148	0	221.924
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.818	0	254	-61.148	0	221.924
5.04	Transações de Capital com os Sócios	82.000	0	0	0	0	82.000
5.04.01	Aumentos de Capital	82.000	0	0	0	0	82.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.142	0	-20.142
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.142	0	-20.142
5.07	Saldos Finais	364.818	0	254	-81.290	0	283.782

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	247.818	0	254	-19.686	0	228.386
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	247.818	0	254	-19.686	0	228.386
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.309	0	-12.309
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.309	0	-12.309
5.07	Saldos Finais	247.818	0	254	-31.995	0	216.077

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	137.253	152.154
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	61.464	55.587
7.01.02	Outras Receitas	75.789	96.567
7.01.02.01	Receitas de Serviços de Construção	75.419	96.434
7.01.02.02	Outras Receitas	370	133
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-106.817	-119.780
7.02.04	Outros	-106.817	-119.780
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-16.661	-18.783
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-75.419	-96.434
7.02.04.03	Custo da Concessão	-2.632	-2.823
7.02.04.04	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovia	-6.614	567
7.02.04.05	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-3.792	-1.065
7.02.04.06	Outros	-1.699	-1.242
7.03	Valor Adicionado Bruto	30.436	32.374
7.04	Retenções	-19.918	-18.707
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.918	-18.707
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.518	13.667
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.429	14.022
7.06.02	Receitas Financeiras	1.424	5.510
7.06.03	Outros	18.005	8.512
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	29.947	27.689
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	29.947	27.689
7.08.01	Pessoal	8.196	6.764
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.223	4.879
7.08.01.02	Benefícios	1.562	1.506
7.08.01.03	F.G.T.S.	411	379
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-4.951	-94
7.08.02.01	Federais	-8.042	-2.887
7.08.02.03	Municipais	3.091	2.793
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	29.706	20.146
7.08.03.01	Juros	12.609	9.982
7.08.03.02	Aluguéis	255	479
7.08.03.03	Outras	16.842	9.685
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	4.623	2.631
7.08.03.03.02	Outras	1.601	1.708
7.08.03.03.03	Juros Capitalizados Debentures	10.618	5.346
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.141	-12.309
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.141	-12.309
7.08.05	Outros	17.137	13.182
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	14.889	12.647
7.08.05.02	Juros Capitalizados	2.248	535

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 10 de agosto de 2016 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo Arteris S/A., comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2016 (2T16), período encerrado em 30 de junho de 2016. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 2T16 foi de 6.419 mil veículos, 3,6% abaixo do realizado no mesmo período em 2015 (6.656mil). Essa redução se deve principalmente a deterioração do ambiente econômico que o país vem passando nos últimos 12 meses. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias. Em relação ao trimestre anterior o tráfego apresentou ligeiro aumento de 0,6%.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio e receitas de obras. A receita bruta de pedágio registrou crescimento de 12,9% em relação a igual período do ano anterior passando de R\$ 27,3 milhões no 2T15 para R\$ 30,8 milhões no 2T16. Esse incremento na receita de pedágio se deve principalmente ao aumento da tarifa ocorrido em 19 de dezembro de 2015. Na comparação com o 1T16 houve acréscimo de 0,6% refletindo melhora do tráfego no período.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 34,3 milhões no 2T16, sendo R\$ 17,4 milhões menor que o 2T15. O volume de obras é diretamente ligado ao cronograma de obras que previa menor volume de obras no trimestre atual em relação a igual período do ano anterior. Na comparação com o 1T16 houve redução de R\$ 6,9 milhões. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.

Custos e Despesas

- Os custos dos serviços prestados do 2T16 registraram aumento de R\$ 0,6 milhões se comparados ao 2T16. Esse aumento se deve principalmente a custos maiores com conservação de pavimento e conservação e limpeza da faixa de domínio em decorrência de reajustes contratuais parte desses aumentos contratuais foi compensado com menores com seguros que foram postergados para o terceiro trimestre. Na comparação com 1T16 houve redução de R\$ 170 mil. Essa redução se deve principalmente a menores custos com seguros conforme mencionado anteriormente.
- As despesas administrativas no 2T16 apresentaram redução de R\$ 65 mil em relação ao 2T15 devido principalmente a redução de gastos com honorários jurídicos. Em relação ao 1T15

Comentário do Desempenho



houve aumento de R\$ 898 mil esse aumento é devido principalmente ao dissídio salarial de 8% ocorrido no final de março de 2016.

- De acordo com ICPC01 no 2T16 a Empresa apurou custos de serviços de construção de R\$ 34,3 milhões, representando redução de 33,7% se comparado com o 2T15. Em relação ao 1T16 a redução foi de 16,8%. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras.
- A provisão para manutenção no 2T16 aumentou R\$ 3,7 milhões em relação ao 2T15. Essa variação se deve a revisão no cronograma de obras do contrato de concessão e também devido a realização de estornos de provisões no 2T15 que reduziu o custo com manutenção naquele período. Na comparação com o 1T16, registramos acréscimo de R\$ 56 mil representando 1,7% de aumento.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 2T16 em R\$ 8 milhões, 10,8% menor frente aos R\$ 9 milhões registrados no 2T15. A redução desse índice se deve principalmente a maiores custos e despesas operacionais e principalmente pelo aumento nos custos com provisão para manutenção. Em comparação com o 1T16, o EBITDA do 2T16 diminuiu R\$ 549 mil.
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 2T16 R\$ 2,7 milhões maior em relação ao 2T15 refletindo o aumento da receita de pedágio conforme mencionado anteriormente. Em relação ao 1T16 registramos redução de R\$ 493 mil do EBITDA ajustado representando decréscimo de 4,2%. Essa diminuição é reflexo do aumento dos custos operacionais em relação ao trimestre anterior.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 2T16 o resultado financeiro apresentou aumento de 43,8%, na comparação com o 2T15. Essa variação negativa se deve ao aumento nas despesas financeiras refletindo as captações de empréstimo de longo prazo BNDES ocorridas nos últimos 12 meses, segunda emissão de debêntures e também o aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, CDI e IPCA remuneram os empréstimos. Na comparação com o 1T16 houve melhora no resultado financeiro de 4,3% refletindo maior capitalização de juros aos investimentos ocorrida no 2T16.

Prejuízo

- No 2T16 a Empresa apurou prejuízo de R\$ 9,8 milhões, influenciado principalmente por maiores custos operacionais, aumento da depreciação e despesas financeiras. Em relação ao 1T16 o prejuízo da Empresa foi devido principalmente ao aumento da receita de pedágio e menores despesas financeiras.

Endividamento

- A Empresa encerrou o 2T16 com endividamento bruto de terceiros de 443,9 milhões, apresentando um acréscimo de 50,4% em relação ao 2T15, refletindo as captações do empréstimo BNDES ocorridas nos últimos 12 meses e emissão de debêntures ocorrida em abril de 2015. Na comparação com o 1T16 o endividamento aumentou 0,8%. O endividamento

Comentário do Desempenho



líquido no 2T16 foi de R\$ 488,2 milhões ante R\$ 251,9 milhões no 2T15. Essa variação no endividamento líquido é reflexo das captações já mencionadas.

Investimentos

- No 2T16 foram investidos R\$ 75 milhões em obras para cumprimento do contrato de concessão.

Os principais investimentos do período foram os seguintes:

- (i) Implantação de trevo em desnível, com alças, em pista dupla;
- (ii) Execução de passarela sobre pista dupla;
- (iii) Ruas laterais;
- (iv) Duplicação trecho Curitiba – PR a Fazenda Rio Grande – PR;
- (v) Pavimento;
- (vi) Sinalização horizontal;
- (vii) Elementos de proteção e segurança;
- (viii) Sistemas de drenagem e obras de arte correntes;
- (ix) Manutenção de terraplenos e estruturas de contenção;
- (x) Implantação de terceiras faixas.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T16	1T16	2T15	Var% 2T16/1T16	Var% 2T16/2T15	1S16	1S15	Var% 1S16/1S15
Planalto Sul	6.419	6.382	6.656	0,6%	-3,6%	12.801	13.550	-5,5%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
(em R\$ Mil)								
	2T16	1T16	2T15	Var% 2T16/1T16	Var% 2T16/2T15	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	65.176	71.993	79.096	-9,5%	-17,6%	137.169	152.154	-9,8%
Receitas de pedágio	30.825	30.639	27.304	0,6%	12,9%	61.464	55.587	10,6%
Receitas de obras	34.250	41.169	51.696	-16,8%	-33,7%	75.419	96.434	-21,8%
Receitas acessórias	101	185	96	-45,4%	5,2%	286	133	115,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.683)	(2.678)	(2.375)	0,2%	13,0%	(5.361)	(4.825)	11,1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	62.493	69.315	76.721	-9,8%	-18,5%	131.808	147.329	-10,5%
CUSTOS E DESPESAS	(54.459)	(60.732)	(67.715)	-10,3%	-19,6%	(115.191)	(128.283)	-10,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(13.952)	(14.222)	(13.343)	-1,9%	4,6%	(28.174)	(26.528)	6,2%
Custo dos serv. de construção	(34.250)	(41.169)	(51.696)	-16,8%	-33,7%	(75.419)	(96.434)	-21,8%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.699)	(1.801)	(2.764)	49,9%	-2,4%	(4.500)	(5.376)	-16,3%
Remuneração da administração	(290)	(278)	(280)	4,3%	3,6%	(568)	(512)	10,9%
Provisão para manutenção em rodovias	(3.335)	(3.279)	368	1,7%	-	(6.614)	567	-
Outras receitas operacionais, líquidas	67	17	-	-	-	84	-	-
EBITDA	8.034	8.583	9.006	-6,4%	-10,8%	16.617	19.046	-12,8%
Margem EBITDA	12,9%	12,4%	11,7%			12,6%	12,9%	
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(9.650)	(10.268)	(9.538)	-6,0%	1,2%	(19.918)	(18.707)	6,5%
Depreciação de imobilizado	(62)	(63)	(74)	-1,6%	-16,2%	(125)	(144)	-13,2%
Amortização do intangível	(9.138)	(9.756)	(9.018)	-6,3%	1,3%	(18.894)	(17.672)	6,9%
Amortização do diferido	(450)	(449)	(446)	0,2%	0,9%	(899)	(891)	0,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(13.336)	(13.934)	(9.272)	-4,3%	43,8%	(27.270)	(18.827)	44,8%
Receitas financeiras	1.233	707	3.463	74,4%	-64,4%	1.940	5.510	-64,8%
Despesas financeiras	(14.569)	(14.641)	(12.735)	-0,5%	14,4%	(29.210)	(24.337)	20,0%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(14.952)	(15.619)	(9.804)	-4,3%	52,5%	(30.571)	(18.488)	65,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	5.169	5.261	3.309	-1,7%	56,2%	10.430	6.179	68,8%
Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	5.169	5.261	3.309	-1,7%	56,2%	10.430	6.179	68,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(9.783)	(10.358)	(6.495)	-5,6%	50,6%	(20.141)	(12.309)	63,6%

EBITDA AJUSTADO								
(em R\$ Mil)								
	2T16	1T16	2T15	Var% 2T16/1T16	Var% 2T16/2T15	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
EBITDA ¹	8.034	8.583	9.006	-6,4%	-10,8%	16.617	19.046	-12,8%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	3.335	3.279	(368)	1,7%	-	6.614	(567)	-
EBITDA Ajustado ²	11.369	11.862	8.638	-4,2%	31,6%	23.231	18.479	25,7%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de junho de 2016 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$47.708.

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos, e para manter um nível de alavancagem adequado às obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 11 de agosto de 2016.

2. CONCESSÕES

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2015, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 30 de junho de 2016 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$30.459 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima, em 30 de junho de 2016, o montante de R\$220.181 (R\$282.911 em 31 de dezembro de 2015) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$278.072 (R\$267.868 em 31 de dezembro de 2015) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de junho de 2016 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das informações trimestrais, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demais informações relativas a: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, considerando as atualizações a seguir:

Passivos ajustados ao seu valor presente

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Circulante</u>	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	-	1.362
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	-	1.217
Efeito do ajuste a valor presente	-	(145)
Provisão para manutenção em rodovias - real	5.509	-
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	5.200	-
Efeito do ajuste a valor presente	(309)	-
<u>Não circulante</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	-	3.748
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	-	3.434
Efeito do ajuste a valor presente	-	(314)
Provisão para manutenção em rodovias - real	49.229	47.123
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	43.696	41.049
Efeito do ajuste a valor presente	(5.533)	(6.074)

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa e contas bancárias	2.352	666
Aplicações financeiras (*)	7.630	6.225
Total	9.982	6.891

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Certificados de Depósito Bancário – CDB	2.280	2.195
Debêntures compromissadas	-	856
Fundos de investimentos	5.350	3.174
Total	7.630	6.225

As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento exclusivos, com liquidez diária, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos

Notas Explicativas

federais, CDBs, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito, as quais foram remuneradas em média em 67% da variação do CDI para CDBs, e 100,76% da variação do CDI para fundos de investimentos.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	5.310	4.695
Cartões de pedágio a receber	321	269
Receitas acessórias a receber (a)	<u>336</u>	<u>178</u>
Total	<u><u>5.967</u></u>	<u><u>5.142</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 26.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	102.704	79.806
Provisão de participação nos lucros	691	1.273
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	508	120
Provisão para manutenção	48.896	41.049
Outras provisões	479	-
Ajuste dos encargos financeiros de obras futuras	-	1.045
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização passivas dos ajustes - mudança de práticas contábeis	2.082	1.390
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização do estorno de capitalização de juros	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	<u>130.281</u>	<u>99.606</u>
Alíquota real combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u><u>44.296</u></u>	<u><u>33.866</u></u>

a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

Notas Explicativas

- b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

2016	397
2017	2.660
2018	2.858
2019	5.493
2020	5.493
Após 2021	27.395
	<u>44.296</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de junho de 2016 o saldo é de R\$9.318 (R\$7.487 em 31 de dezembro de 2015), essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 97,57% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representados por:

	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Prêmios de seguros a apropriar	1.883	597
Valores a recuperar de fornecedores	249	253
Custos com processamento de multas	202	125
Outros	<u>116</u>	<u>438</u>
Total	<u><u>2.450</u></u>	<u><u>1.413</u></u>

Notas Explicativas**10. IMOBILIZADO**

A movimentação em 30 de junho de 2016 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.067	405	183	978	2.633
Adições	-	10	-	4	14
Alienações/baixas	(1)	-	(45)	(1)	(47)
Saldo em 30.06.2016	<u>1.066</u>	<u>415</u>	<u>138</u>	<u>981</u>	<u>2.600</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(482)	(301)	(166)	(335)	(1.284)
Depreciações	(51)	(17)	(8)	(49)	(125)
Alienações/baixas	1	-	43	-	44
Saldo em 30.06.2016	<u>(532)</u>	<u>(318)</u>	<u>(131)</u>	<u>(384)</u>	<u>(1.365)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	585	104	17	643	1.349
Saldo em 30.06.2016	534	97	7	597	1.235
Taxas de depreciação - a.a.	10%	4%	20%	20%	

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de junho de 2016 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	752.210	792	247.642	2	1.000.646
Adições / Reversões	29.440	-	59.332	-	88.772
Transferências / Reclassificações	7.353	-	(7.351)	(2)	-
Alienações/baixas	-	-	(123)	-	(123)
Saldo em 30.06.2016	<u>789.003</u>	<u>792</u>	<u>299.500</u>	<u>-</u>	<u>1.089.295</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(93.277)	(545)	-	-	(93.822)
Amortizações	(18.847)	(47)	-	-	(18.894)
Saldo em 30.06.2016	<u>(112.124)</u>	<u>(592)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(112.716)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	658.933	247	247.642	2	906.824
Saldo em 30.06.2016	676.879	200	299.500	-	976.579
Taxas de amortização - a.a.	3,54%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento, tendo como a principal a duplicação da BR-116/PR entre Curitiba e Mandirituba.

No período findo em 30 de junho de 2016, a Sociedade capitalizou o montante de R\$17.489 (R\$8.512 em 30 de junho de 2015) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2016 foi de 6,01% a.a. e 3,06% a.a. em 2015.

Notas Explicativas**12. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(13.260)</u>	<u>(12.361)</u>
	<u>4.572</u>	<u>5.471</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	Encargos anuais	Vencimento final	30.06.2016		31.12.2015	
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	dezembro/2025	23.860	259.748	22.690	269.474
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,62% a.a.	março/2027	-	37.479	121	34.834
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	IPCA + 8,99% a.a.	janeiro/2027	-	18.979	-	16.361
			<u>23.860</u>	<u>316.206</u>	<u>22.811</u>	<u>320.669</u>
Custo de transação			(134)	(1.207)	(76)	(1.283)
Total			<u>23.726</u>	<u>314.999</u>	<u>22.735</u>	<u>319.386</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2016, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	12.035
2018	29.299
2019	32.833
2020	35.503
A partir de 2021	205.329
	<u>314.999</u>

Em 30 de junho de 2016 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 30 de junho de 2016 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. Conforme mencionado no entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas

14. DEBÊNTURES

São representadas por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	30.06.2016		31.12.2015
				Circulante	Não circulante	Não circulante
2ª emissão (b)	10.000	IPCA + 8,17% a.a.	dezembro/2025	1.351	129.739	120.472
	<u>10.000</u>			<u>1.351</u>	<u>129.739</u>	<u>120.472</u>
Custo de transação				(105)	(884)	(1.098)
Total				<u>1.246</u>	<u>128.855</u>	<u>119.374</u>

- (a) 2ª emissão de debêntures de 15 de dezembro de 2014 com valor real unitário de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor real	Data integralização	Valor subscrito
2ª emissão	15.12.2014	100.000	23.12.2014	110.697
		<u>100.000</u>		<u>110.697</u>

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga anualmente no dia 15 de dezembro, a partir de 2016 na razão de 25% do saldo na data de vencimento, o restante será incorporado ao principal da dívida. Para os anos de 2017 e 2018 os pagamentos ocorrerão à razão de 60% em cada ano de vencimento e o saldo remanescente incorporado ao principal da dívida. A partir do ano de 2019 os juros passarão a ser pagos anualmente junto com principal no dia 15 de dezembro de cada ano até a data de seu vencimento conforme o cronograma de amortização constante da Escritura de Emissão.

A amortização do valor principal atualizado será em sete parcelas anuais, a partir de dezembro de 2019 até dezembro de 2025 conforme percentual de amortização estipulado em contrato.

Em 30 de junho de 2016, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	6.933
2018	7.475
2019	1.192
2020	6.771
A partir de 2021	<u>106.484</u>
	<u>128.855</u>

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Notas Explicativas

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 30 de junho de 2016, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

15. FORNECEDORES

Em 30 de junho de 2016, o saldo de R\$13.168 sendo R\$11.805 no passivo circulante e R\$1.363 no passivo não circulante (R\$11.424 no passivo circulante em 31 de dezembro de 2015) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2016 e de 31 de dezembro de 2015 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e de 2015, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Ativo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	7
<u>Coligada</u>		
Contas a receber:		
Latina Sinalização de Rodovias Ltda (a)	-	13
Total	<u>-</u>	<u>20</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	-	22.229
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (c)	9.336	-
Contas a pagar:		
Arteris S.A	219	473

Notas ExplicativasColigadas

Fornecedores:

Latina Manutenção de Rodovias Ltda (b)	2.076	3.093
Autopista Litoral Sul S.A. (a)		-
Autopista Regis Bittencourt S.A. (a)	-	-
Total	11.631	25.795

Passivo não circulanteControladora

Empréstimo:

Mútuos - Arteris S.A. (d)	211.783	176.898
---------------------------	---------	---------

Debêntures:

Debentures - Arteris S.A. (c)	22.284	29.710
Total	234.067	206.608

	TRIMESTRE					
	30.06.2016			30.06.2015		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)	Despesas gerais (a) (b)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)	Despesas gerais (a) (b)
Contas de Resultado:						
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(8.829)	(616)	-	(593)	(608)
<u>Coligadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias	(400)	-	-	(385)	-	-
Autopista Litoral Sul S.A.	-	-	(1)	-	-	-
Total	(400)	(8.829)	(617)	(385)	(593)	(608)

	PERÍODO					
	30.06.2016			30.06.2015		
	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (e)	Despesas gerais (a) (b)	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (e)	Despesas gerais (a) (b)
Contas de Resultado:						
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(17.137)	(1.128)	-	(1.122)	(1.152)
<u>Coligadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias	(800)	-	-	(766)	-	-
Autopista Litoral Sul S.A.	-	-	(1)	-	-	-
Total	(800)	(17.137)	(1.129)	(766)	(1.122)	(1.152)

(a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo. Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do grupo, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo.

(b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimentos médio para 30 dias.

Notas Explicativas

- (c) Decorrentes da 3ª e 4ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do spread respectivamente de 1,4% e 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de março de 2017 e 19 de agosto de 2017 respectivamente.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.06.2016	31.12.2015
30.03.2015	Março de 2017	CDI + 1,40% a.a.	8.000	1.336	772
19.08.2015	Agosto de 2017	CDI + 1,500% a.a.	20.000	2.284	938
			<u>28.000</u>	<u>3.620</u>	<u>1.710</u>

- (d) Decorrentes de contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2016 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
29.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	7.726	8.000	6.814
27.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	13.000	12.555	13.000	11.072
19.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	16.000	15.452	16.000	13.627
28.01.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	25.000	10.837	25.000	8.663
19.04.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	35.000	14.376	35.000	11.380
27.09.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	7.230	20.000	5.578
30.12.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	6.607	20.000	4.993
			<u>137.000</u>	<u>74.783</u>	<u>137.000</u>	<u>62.127</u>

No decorrer do trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2016, a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$290 e R\$568 (R\$280 e R\$512, respectivamente, em 30 de junho de 2015), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 30 de junho de 2016 e

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2015, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$691 e R\$1.273.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.06.2016</u>
Cíveis	79	168	(2)	(67)	178
Trabalhistas	41	329	(33)	(7)	330
Total	<u>120</u>	<u>497</u>	<u>(35)</u>	<u>(74)</u>	<u>508</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$282 (R\$343 em 31 de dezembro de 2015).

Os depósitos judiciais no montante de R\$18.019 em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infrações impostos pela ANTT.

Notas Explicativas

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante o período findo em 30 de junho de 2016 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2015	-	1.217	41.049	3.434
Adições/Reversões (a)	(42)	(4.135)	6.656	-
Ajuste a valor presente	-	(636)	1.234	120
Transferências	5.242	3.554	(5.242)	(3.554)
Saldo em 30.06.2016	<u>5.200</u>	<u>-</u>	<u>43.696</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se à reversão de provisão dos investimentos futuros em sistema de pesagem móvel conforme ofício expedido pela ANTT número 409/2016/GEINV/SUINF de 04 de abril de 2016, contendo o parecer técnico número 069/2016/GEINV/SUINF.

Notas Explicativas

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social subscrito integralizado em 30 de junho de 2016 é de R\$364.818 (R\$282.818 em 31 de dezembro de 2015), compostos por 395.771.279 ações ordinárias e sem valor nominal (284.614.544 em 31 de dezembro de 2015).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

<u>Data da Integralização</u>	<u>Forma de Integralização</u>	<u>Valor</u>	<u>Quantidade de ações Integralizadas</u>
05.01.2016	Dinheiro	5.000	6.540.222
20.01.2016	Dinheiro	8.000	10.624.170
05.02.2016	Dinheiro	5.000	6.596.306
22.02.2016	Dinheiro	12.000	16.216.216
07.03.2016	Dinheiro	3.000	4.000.000
21.03.2016	Dinheiro	12.000	16.085.791
05.04.2016	Dinheiro	5.000	7.032.349
24.04.2016	Dinheiro	10.000	13.440.860
20.05.2016	Dinheiro	10.000	13.698.630
06.06.2016	Dinheiro	2.000	2.837.684
20.06.2016	Dinheiro	10.000	14.084.507
		<u>82.000</u>	<u>111.156.735</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do e, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**20. RECEITAS**

Estão representadas por:

	30.06.2016		30.06.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	30.825	61.464	27.304	55.587
Receita de serviços de construção	34.250	75.419	51.696	96.434
Outras receitas (*)	101	286	96	133
	<u>65.176</u>	<u>137.169</u>	<u>79.096</u>	<u>152.154</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2016		30.06.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	65.176	137.169	79.096	152.154
ISSQN	(1.546)	(3.086)	(1.370)	(2.785)
PIS	(202)	(405)	(178)	(362)
COFINS	(935)	(1.870)	(827)	(1.678)
Receita líquida	<u>62.493</u>	<u>131.808</u>	<u>76.721</u>	<u>147.329</u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2016		30.06.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(1.488)	(2.276)	(1.505)	(2.802)
Serviços de terceiros	(198)	(416)	(465)	(835)
Manutenção de bens e conservação	(54)	(112)	(13)	(27)
Depreciação / Amortização	(201)	(402)	(211)	(420)
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	(312)	(462)	(121)	(268)
Seguros/Garantias	(3)	(5)	(1)	(1)
Consumo	(141)	(279)	(143)	(276)
Transportes	(70)	(129)	(68)	(127)
Comunicação e Marketing	(182)	(118)	(21)	(135)
Outros	(251)	(703)	(427)	(905)
Total	<u>(2.900)</u>	<u>(4.902)</u>	<u>(2.975)</u>	<u>(5.796)</u>

Notas Explicativas

	30.06.2016		30.06.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custos de serviços da construção	(34.250)	(75.419)	(51.696)	(96.434)
Com pessoal	(2.888)	(5.356)	(2.822)	(4.644)
Serviços de terceiros	(4.415)	(8.752)	(4.617)	(9.701)
Conservação	(3.623)	(7.966)	(2.926)	(6.474)
Manutenção e conservação de bens móveis e imóveis	(212)	(588)	(377)	(565)
Consumo	(681)	(1.353)	(590)	(1.153)
Transportes	(519)	(1.038)	(517)	(981)
Verba de fiscalização	(770)	(1.539)	(696)	(1.392)
Recursos para Desenvolvimento	-	-	-	-
Seguros / Garantias	(231)	(663)	(525)	(1.050)
Provisão de manutenção em rodovias	(3.335)	(6.614)	368	567
Depreciação / Amortização	(9.449)	(19.516)	(9.327)	(18.287)
Outros	(613)	(919)	(273)	(568)
Total	(60.986)	(129.723)	(73.998)	(140.682)

22. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	30.06.2016		30.06.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	-	1.100	2.100
Aplicações financeiras	568	976	2.358	2.758
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	516	516	-	643
Outras receitas	149	448	5	9
Total	1.233	1.940	3.463	5.510

	30.06.2016		30.06.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(13.794)	(27.483)	(12.083)	(22.629)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(578)	(1.234)	(462)	(1.228)
Outras despesas	(197)	(493)	(190)	(480)
Total	(14.569)	(29.210)	(12.735)	(24.337)

Notas Explicativas**23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.06.2016</u>	<u>30.06.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	19.136	23.949
Juros capitalizados	17.489	8.512
	<u>30.06.2016</u>	<u>30.06.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(22.793)	(38.278)

24. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2016 e de 2015 é como segue:

	<u>30.06.2016</u>		<u>30.06.2015</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.952)	(30.571)	(9.804)	(18.488)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	5.084	10.394	3.333	6.286
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	85	36	(24)	(107)
Crédito contabilizado	<u>5.169</u>	<u>10.430</u>	<u>3.309</u>	<u>6.179</u>
Imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	5.169	10.430	3.309	6.179

25. PREJUÍZO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

Notas Explicativas

	30.06.2016		30.06.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo líquido do exercício	(9.783)	(20.141)	(6.495)	(12.309)
Número de ações durante o ano	<u>370.278</u>	<u>341.665</u>	<u>242.629</u>	<u>242.629</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,02642)</u>	<u>(0,05895)</u>	<u>(0,02677)</u>	<u>(0,05073)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de junho de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro (prejuízo) por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de vencimento de 30 dias.

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	Nível	30.06.2016	31.12.2015
		Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	9.982	6.891
Aplicações financeiras	Nível 2	9.318	7.487
Partes relacionadas	Nível 2	-	20
Contas a receber clientes	Nível 2	5.967	5.142
Outros créditos	Nível 2	149	111

Passivos	Nível	30.06.2016	31.12.2015
		Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	Nível 2	19.363	20.218
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	338.725	342.121
Debêntures	Nível 2	130.101	119.374
Partes relacionadas	Nível 2	245.699	232.403
Taxa de fiscalização	Nível 2	256	242
Outras contas a pagar	Nível 2	2.466	1.775

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 30 de junho de 2016, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	10,50%	13,13%	15,75%
Juros a incorrer - Partes relacionadas (*)	(14.691)	(18.282)	(21.843)
Receita de aplicações financeiras (*)	103	129	155
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(23.999)	(29.999)	(35.998)
IPCA	5,30%	6,63%	7,95%
Juros a incorrer - BNDES/ Debêntures (*)	(7.802)	(9.752)	(11.703)
Total	(46.389)	(57.904)	(69.389)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2016 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$5.310 (R\$4.695 em 31 de dezembro de 2015) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados,

Notas Explicativas

através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Debêntures - IPCA	13,00%	2.608	6.933	7.475	16.786	456.526	490.328
BNDES Automático	8,21%	20.418	44.559	54.301	54.523	305.605	479.406
Total		<u>23.026</u>	<u>51.492</u>	<u>61.776</u>	<u>71.309</u>	<u>762.131</u>	<u>969.734</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2016, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	59.612

Notas Explicativas

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2016 é de R\$20.077.

29. EVENTO SUBSEQUENTE

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 05 de julho de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$3.000 mediante a emissão de 4.225.352 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas nesta data.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de julho de 2016, o aumento de capital da Sociedade, no valor de R\$100.000, mediante a emissão de 142.857.143 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados, R\$7.000 em dinheiro, nesta data e o valor restante de R\$93.000, será integralizado em até seis meses.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Planalto Sul S.A.

Rio Negro - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 11 de agosto de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2016 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Rio Negro, 11 de agosto de 2016

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Rio Negro, 11 de agosto de 2016

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente